

**\*Marcelo Franco Leão**

**\*\*Eniz Conceição Oliveira**

**\*\*\*José Claudio Del Pino**

**\*\*\*\*Maria Cristina Szczesny de Freitas**

**Resumo:** O presente texto discorre sobre a Educação de Jovens e Adultos e sua importância para a escolarização de pessoas que não conseguiram completar seus estudos na idade apropriada. Seu objetivo é conhecer o contexto histórico da EJA no Brasil e também relatar a criação e a implantação dos Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), no estado de Mato Grosso. Esta forma de oferta tem a preocupação em atender as especificidades dos estudantes que recorrem a tal modalidade de ensino no estado. Apesar dos avanços obtidos para EJA nas últimas décadas, ainda existem obstáculos para serem superados e a necessidade de políticas educacionais que atendam as demandas sociais e oportunizem educação de qualidade para todos.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos, Políticas Públicas Educacionais, Modalidade de Ensino;

---

\*Graduado em Química Licenciatura Plena com habilitação em Física pela UNISC. Pós-graduado em Orientação Educacional (Dom Alberto) e em Relações Raciais na Educação e na sociedade Brasileira (UFMT). Mestre em Ensino pela UNIVATES. Doutorando em Educação em Ciências pela UFRGS. Professor da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT. Tutor do Curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal de Mato Grosso – IFMT/UAB. Professor do Centro de Educação de Jovens e Adultos “15 de outubro” de Barra do Bugres-MT. Professor do IFMT - Campus Confresa.

\*\*UNIVATES, Graduada em Química Licenciatura Plena pela UFRGS. Pós-graduada em Educação Química pela UFRGS. Mestre e Doutora em Química pela UFRGS. Professora do Centro Universitário UNIVATES e Coordenadora do Mestrado em Ensino de Ciências Exatas

\*\*\*UFRGS e UNIVATES, Graduado em Licenciatura em Química e em Química Industrial pela PUCRS. Pós-graduado em Química pela UPF e em Ensino de Química pela UCS. Mestre em Ciências Biológicas-Bioquímica pela UFRGS. Doutor em Engenharia de Biomassa pela UFRGS. Pós Doutor pela Universidade de Aveiro-Portugal. Professor do PPGEnsino do Centro Universitário UNIVATES.

\*\*\*\*UNISC e SEDUC/RS, Graduada em Estudos Sociais e em História pela UNISC. Pós-graduada em Supervisão Escolar pela FACISA. Professora da Educação Básica pela SEDUC/RS

**Abstract:** This paper is about the Youngster and Adult Education and its importance to the education of people who were unable to complete their studies at the appropriate age. Your goal is to understand the historical context of adult education in Brazil and also report the creation and implementation of the Youngster and Adult Education Centers (YAEC) in the state of Mato Grosso. This form of supply is a concern to fit the characteristics of students who use this type of education in the state. Despite the advances obtained for adult education in recent decades, there are still obstacles to be overcome and the need for educational policies that meet the social demands and opportunity quality education for all.

**Key words:** Youth and Adult Education, Educational Public Policy, Education Mode;

## 1. Introdução

Ao iniciarmos a discussão sobre a conjuntura atual da Educação de Jovens e Adultos e as transformações necessárias para que a escola resgate seu papel de agente de transformação social, defendido por Bandeira e Freire (2006), surge um primeiro questionamento: Será que nossas escolas estão preparadas para educar com qualidade as pessoas que não tiveram acesso a escolarização na idade própria?

Para Arelaro (2007) o Brasil ainda está permeado por problemas em seu sistema educacional, tais como: o alto número de pessoas analfabetas, as péssimas condições de trabalho dos profissionais da educação e, principalmente, o déficit nas competências de leitura e escrita de milhões de brasileiros que frequentam a escola pública. Diante desses “calcanhares de Aquiles” na educação, o governo brasileiro vem adotando políticas públicas para tentar corrigir essas dívidas com a população. Entre estas políticas podemos destacar a Educação de Jovens e Adultos.

Contudo, somente a oferta desta modalidade de ensino não é suficiente para haver mudanças efetivas e melhorias no sistema educacional. Assim sendo, é necessário que nossos governantes viabilizem políticas educacionais que visem o atendimento dessa demanda social, tais como: formação inicial e continuada de professores, inclusão das minorias, melhorias nas infraestruturas das escolas, melhores salários, entre outras que são pertinentes para a elevação da qualidade do ensino.

Outro aspecto a ser considerado é o caso particular do estado de Mato Grosso que apresenta um grande número de pessoas com distorção idade-série devido ao contexto histórico e geográfico. O estado, além de ficar afastado dos grandes centros urbanos do país, possui um histórico de ocupação baseado nos latifúndios e na monocultura em que fica evidente a concentração de renda e a exploração da mão de obra assalariada. Neste contexto os jovens abandonam a escola para trabalhar nas lavouras, nas fazendas de criação de gado ou ainda nas usinas de cana-de-açúcar.

Assim, as escolas de Mato Grosso recebem estudantes que, de certa forma, ficaram excluídos do processo da aprendizagem, pelo fato de não terem tido acesso à escolarização ou à sua continuidade na idade adequada. Nesta retomada aos estudos, na tentativa de buscar um futuro melhor, eles procuram respostas imediatas para acalantar seus anseios. Dessa forma, entende-se que compete à escola oferecer um ensino de qualidade que, além de profissionalizar jovens e adultos, ajude-os a solucionar problemas de seu cotidiano, uma educação voltada para o contexto social desses indivíduos.

Por meio desse texto pretendemos refletir sobre a consolidação da Educação de Jovens e Adultos no Brasil e as políticas públicas voltadas ao atendimento de pessoas que não tiveram acesso à escolarização na idade própria. Diante do exposto, o objetivo do estudo foi conhecer o contexto histórico da EJA no Brasil e relatar a criação e a implantação dos Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), no estado de Mato Grosso – Região Centro-Oeste do Brasil.

## 2. O conceito de EJA e a garantia de escolarização de qualidade para todos

Entende-se por Educação de Jovens e Adultos (EJA) todo o processo de aprendizagem, formal ou informal, em que as pessoas desenvolvem suas habilidades, ampliam seus conhecimentos e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e

profissionais, direcionando-as para a satisfação de suas necessidades e para um civilizado convívio social (UNESCO, 2004). A título de esclarecimento, este estudo se reporta ao processo de aprendizagem formal de escolarização de jovens e adultos.

Segundo Fonseca (2005), o significado de EJA está associado ao desenvolvimento de ações educativas dirigidas a um sujeito de escolarização básica incompleta ou jamais iniciada e que ocorre aos bancos escolares na idade adulta ou na juventude. Nesse sentido, a educação dos adultos tinha conceito de educação destinada às pessoas que não tiveram oportunidade educacional em idade apropriada, ou que o ensino não tenha sido significativo, e, por ocasião, não foram alfabetizadas (PAIVA, 2003).

Segundo Fonseca (2007), falar da educação de adultos é falar de educação para camadas populares e, conseqüentemente da precariedade do ensino público e da população que não concluíram os estudos em idade apropriada. “É uma educação para os pobres, para jovens e adultos das camadas populares, para aqueles que são maioria nas sociedades de Terceiro Mundo, para os excluídos do desenvolvimento e dos sistemas educacionais de ensino” (HADDAD, 1992, p. 13). Mesmo constatando que aqueles que conseguem ter acesso aos programas de Educação de Jovens e Adultos são os com “melhores condições” entre os mais pobres, isto não retira a validade intencional do seu direcionamento aos excluídos.

A Declaração de Hamburgo, que divulgou as conclusões da V Conferência Internacional de Educação de Adultos, realizada em 1997 na Alemanha, frisou, no seu item 9, que:

Educação básica para todos significa dar às pessoas, independentemente da idade, a oportunidade de desenvolver seu potencial, coletiva ou individualmente. Não é apenas um direito, mas também um dever e uma responsabilidade para com os outros e com toda a sociedade. É fundamental que o reconhecimento do direito à educação continuada durante a vida seja acompanhado de medidas que garantam as condições necessárias para o exercício desse direito (UNESCO, 1999, texto digital).

A Constituição Federal do país (BRASIL, 1988) preconizou que os municípios brasileiros têm por responsabilidade oferecer gratuitamente educação de qualidade, tanto nos Ensinos Fundamental e Médio, quanto a jovens e adultos que por seus motivos não puderam completar os estudos na idade própria, assegurando-lhes condições que garantam o acesso e a permanência na escola.

Neste sentido, a educação se constitui um direito de todos, direito este que se estende ao longo da vida. Vale lembrar que na educação brasileira são inúmeros os jovens que não conseguem concluir seus estudos na idade própria devido a questões socioeconômicas (LEÃO, 2014). Dessa forma, a educação de adultos constitui-se em uma oportunidade de democratização do conhecimento e permite ao Estado cumprir seu papel de oferecer educação formal a todos.

Contudo, o conceito “Educação de Jovens e Adultos” (EJA) só foi adotado oficialmente no país a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/96, a LDB. Segundo esse documento, a EJA pode ser entendida como modalidade da educação básica destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade dos estudos nas etapas do ensino fundamental e médio na idade considerada própria (BRASIL, 1996).

### 3. Breve histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil

A educação voltada para jovens e adultos começou a ser desenvolvida no Brasil com a vinda dos europeus, quando decidiram ocupar as terras americanas e começar a explorar riquezas naturais aqui encontradas. Os primeiros exploradores viam a educação como uma forma de acultramento que possibilitava a dominação dos povos aqui existentes (CARLOS, 2005). No entanto, a educação de adultos no país antecede a vinda dos europeus, pois, antes da ocupação portuguesa, pode-se observar um processo informal de aprendizagem entre os povos indígenas.

Ainda segundo o autor supracitado, diferentemente de outros lugares ocupados, como Ásia e África, aqui não havia as mesmas condições para instalação de um sistema de educação. Coube, então, aos Jesuítas, a instalação de um processo formal de ensino com o intuito de catequizar a população aqui encontrada. Paiva (2003) descreve a mesma realidade em seu livro, dizendo que os cristãos católicos eram os maiores responsáveis pelas atividades educacionais no país.

A educação de adultos começa a delimitar seu lugar na história da educação brasileira a partir do momento chamado “entusiasmo pela educação”, nos anos 20 e 30 do século passado, com a República Nova. O autor supracitado reforça que a discussão iniciou na década de 20, porém com mais destaque na primeira metade da década de 30.

Neste período, o país enfrentava reformas impulsionadas pela industrialização e urbanização, com o incentivo do governo federal. Nesta época, o objetivo da educação passa a ser a qualificação de mão de obra para o mercado de trabalho nos centros urbanos, bem como forma de manipulação das classes populares utilizada pela política populista de Vargas. Na década de 40, segundo Carlos (2005, p. 24), a “política dos grupos em conflito foram se imprimindo certos contornos na educação de adultos, seja como modalidade específica, seja como prática social capaz de interpelar os adultos excluídos do processo de escolarização regular, na perspectiva de colocá-los na posição de eleitores”.

Foi exatamente neste período que começaram a surgir iniciativas políticas para essa modalidade de educação. Nas palavras de Lopes e Souza (2007, p. 4):

A década de 40 foi marcada por algumas iniciativas políticas e pedagógicas que ampliaram a educação de jovens e adultos: a criação e a regulamentação do Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP); a criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP); o surgimento das primeiras obras dedicadas ao ensino supletivo; o lançamento da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), e outros. Este conjunto de iniciativas permitiu que a educação de adultos se firmasse como uma questão nacional. Ao mesmo tempo, os movimentos internacionais e organizações como a UNESCO, exerceram influência positiva, reconhecendo os trabalhos que vinham sendo realizados no Brasil e estimulando a criação de programas nacionais de educação de adultos analfabeto.

Após a ditadura de Getúlio Vargas e com o fim da Segunda Guerra Mundial, o país buscou instalar a democracia, para tanto, necessitava de eleitores alfabetizados. A educação de adultos passa a caracterizar-se pela inserção de um grande contingente de brasileiros, e o governo desenvolve a Campanha Nacional de Massa, lançada em 1947, conhecida como Campanha de Educação de Adultos (BRASIL, 2001). Esta campanha se extinguiu antes do final da década de 50. As críticas

eram dirigidas tanto às suas deficiências administrativas e financeiras, quanto à sua orientação pedagógica.

O momento posterior, correspondente aos anos de 1958 a 1964, foi influenciado pelo poder que os cristãos ainda exerciam na sociedade e no Estado. De acordo com Paiva (2003), essa aliança dos católicos com a educação gerou movimentos educativos de orientação cristã, que demonstravam preocupação com o homem e sua promoção. Tanto que se deixaram influenciar por outros países, conduzindo a utilização da metodologia de animação popular em comunidades rurais e a formulação do método Paulo Freire para educação de adultos.

Segundo Almeida (2012), vários programas e campanhas de educação foram lançadas entre os anos de 1959 a 1964, sendo eles: o Movimento de Educação de Base (MEB), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Movimento de Cultura Popular do Recife, os Centros Populares de Cultura, a Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler; e em 1964, o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura.

Na década de 60, o pensamento de Paulo Freire, assim como sua proposta para a alfabetização de adultos, inspira os principais programas de alfabetização do país. No ano de 1964, ocorre a aprovação do Plano Nacional de Alfabetização, que previa a disseminação por todo o Brasil, de programas de alfabetização orientados pela proposta de Paulo Freire (BRASIL, 2001). Essa proposta foi interrompida com o Golpe Militar e seus promotores foram duramente reprimidos.

Já em 1967, o governo assume os Programas de Alfabetização de Adultos, tornando-os assistencialistas e conservadores, como forma de controle social. A fundação Mobral foi criada em 15 de dezembro de 1967 através da Lei nº 5.379, atribuindo ao Ministério de Educação a alfabetização funcional e continuada dos adultos.

Nas palavras de Paiva (2003, p. 321):

Ao Mobral incumbiria promover a educação dos adultos analfabetos, financiando 1/3 do seu custo; cooperar com movimentos isolados de iniciativa privada; financiar e orientar tecnicamente cursos de 9 meses para analfabetos entre 15 e 30 anos, com prioridade oferecida a municípios com maiores possibilidades de desenvolvimento socioeconômico.

Ainda, segundo o autor supracitado, o Mobral previa uma descentralização de ações sistematizadas e fazer conexão com outros programas, tais como saúde, trabalho, lar, religião, civismo e recreação. Esse programa queria alcançar um público de 11,4 milhões de analfabetos, entre 1968 e 1971, para que houvesse a extinção de analfabetismo até o ano de 1975. O Mobral contou com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) por um curto período, devido a divergências entre o governo brasileiro e a entidade internacional. Das iniciativas que derivaram desse programa, o mais importante foi o PEI – Programa de Educação Integrada, sendo uma forma condensada do antigo curso primário (PAIVA, 2003).

A década de 80 foi marcada pelo início da abertura política e consequente emergência dos movimentos sociais em atender as demandas da população. Ainda, segundo o mesmo autor, nesta época, os projetos de alfabetização se desdobraram em turmas de pós-alfabetização. Desacreditado, em 1985 o Mobral foi extinto e seu lugar foi ocupado pela Fundação Educar, que apoiava, financeira e tecnicamente, as iniciativas do governo, das entidades civis e das empresas. Mais tarde essa Fundação veio a ser extinta devido a alguns estados e municípios assumirem a responsabilidade de oferecer programas de Educação de Adultos. Suas atividades

desenvolveram-se até o ano de 1990 (PAIVA, 2003).

No início da década de 90, o exercício da democracia se consolidava amparado na Constituição Federal (CF) de 1988, tida como a Constituição Cidadã, por ampliar os direitos à cidadania, entre eles o ensino público gratuito de qualidade inclusive para jovens e adultos. Segundo Paiva (2003), neste mesmo período ocorreu a Conferência Mundial de Educação para Todos, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), na Tailândia, ocasião em que foram estabelecidas diretrizes planetárias para a Educação de Crianças, Jovens e Adultos.

A CF, em seu Artigo 205, apresenta: “a educação como direito de todos e dever do estado e da família [...] visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Entre os princípios do ensino, o artigo 206 destaca a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e a garantia do padrão de qualidade.

Já a Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – estabelece, em seu artigo 13, que os docentes incumbir-se-ão de elaborar e cumprir seu plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento, bem como elaborar estratégias de ensino zelando pela aprendizagem dos alunos. A referida lei defende que os jovens e adultos têm direito à formação, ao desenvolvimento e à constituição de conhecimentos, habilidades, competências e valores que contribuam para sua auto realização e para a participação efetiva na sociedade, em consonância com a CF, a qual preconiza que toda e qualquer educação deve visar ao desenvolvimento integral do ser humano, preparando-o para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A LDB abriga no seu título V, capítulo II, na seção V, denominada “Da Educação de Jovens e Adultos”, o artigo 37 propondo que a EJA destine-se àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental na idade própria (BRASIL, 1996). Portanto, conforme estipula a LDB, a EJA tornou-se uma modalidade da educação básica, reconhecida pela CF como direito público subjetivo na etapa de Ensino Fundamental (BRASIL, 1988).

Segundo o Caderno de Orientações Didáticas para EJA (MATO GROSSO, 2010), foi nesta década que se introduziu o conceito de “Educação de Jovens e Adultos”, incorporando a reflexão que vinha se fazendo no âmbito da educação popular. Em outras palavras, a educação escolar formal para jovens e adultos só viria a se consolidar recentemente, inicialmente nos anos de 1960 com os exames de madureza, depois com os supletivos e, finalmente, já nos anos de 1990, em função da Nova LDB, com a institucionalização da EJA no âmbito das secretarias municipais e estaduais de educação, com a oferta regular dessa modalidade pelas escolas de Ensino Fundamental e Médio.

Já no Plano Nacional de Educação, a EJA mereceu um capítulo próprio que propôs ações para reduzir o analfabetismo tanto no que diz respeito ao contingente existente, quanto às futuras gerações. Sob a coordenação do Conselheiro Carlos Roberto Jamil Cury, é aprovado o Parecer nº 11/2000 – CEB/CNE, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Também foi homologada a Resolução nº 01/00 – CNE (BRASIL, 2000).

Contraopondo-se aos avanços da EJA no país, foi constatada, na região centro-oeste, na década de 90, a grande quantidade de pessoas jovens ou adultas não alfabetizadas, pelo Censo Demográfico descrito no Quadro 1.

Quadro 1 - Analfabetismo na população com 15 anos ou mais na Região Centro-Oeste

	Taxa de analfabetismo da população, por grupo de idade (%)						
	15 a 24 anos		25 a 59 anos		60 anos ou mais		Total
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000
Brasil	5,8	2,5	13,0	8,5	35,2	26,5	13,6
Mato Grosso do Sul	3,1	1,3	10,6	6,4	36,0	26,0	11,2
Mato Grosso	3,4	1,6	12,7	7,3	42,5	32,3	12,4
Goiás	3,0	1,2	11,3	6,3	41,4	29,6	11,9

Fonte: IBGE, 2010.

Percebe-se que os maiores índices de analfabetismo da região se apresentaram no estado de Mato Grosso e que tal constatação levaria esta Unidade da Federação a adotar, num futuro nem tão próximo, políticas públicas para minimizar estes índices e atender as exigências da legislação e dos planos de desenvolvimento implantados. Também, vale ressaltar que o artigo 5º, inciso V, da Lei Complementar do Sistema de Ensino (LC 49/98) concede aos cidadãos o direito ao ensino público não só na etapa fundamental, mas também no Ensino Médio.

Segundo Ribeiro (2009), entre os estados brasileiros que elaboraram um programa para a área com forte impacto no atendimento de estudantes jovens e adultos, são citados os estados do Paraná, Mato Grosso e Rio Grande do Sul. Segundo o autor supracitado, o estado de Mato Grosso está ocupando destaque entre os governos estaduais brasileiros, pelo empenho em promover programas e projetos para a EJA.

Frente a essa problemática, no estado de Mato Grosso foi homologada a Resolução nº 180/2000 – CEE/MT, que aprovou o Programa de EJA para as escolas do Estado, a partir de 2002. Em 2008, o Governo do Estado de Mato Grosso criou os Centros de Ensino de Jovens e Adultos (CEJA). Essas escolas de atendimento específico, que configuram-se como política pública educacional, oferecem formação nos Ensinos Fundamental e Médio, também oferecem a merenda escolar e os laboratórios de informática (MATO GROSSO, 2010).

O Censo Escolar de Educação Básica de 2008, presente no portal da SEDUC - MT contabilizou no estado o número de 2.762 escolas ativas em 141 municípios, dentre essas 643 unidades oferecem educação para jovens e adultos divididos em rede municipal, estadual, privada e federal. De acordo com tabela abaixo:

Tabela 1 - Unidades que ofertam EJA em Mato Grosso

	Municipal	Estadual	Privada	Federal
Presencial	246	308	15	3
Semipresencial	19	51	1	0

Fonte: Adaptado de SEDUC – MT (2013)

Conforme a PORTARIA Nº 253/08/GS/SEDUC/MT (2008) já com a mu-

dança de série para segmentos e a quantidade orientada de alunos; configura-se da seguinte maneira:

**I - no Ensino Fundamental:**

- a) 1º Ciclo, 1ª a 3ª Fase - de 23 (vinte e três) a 27 (vinte e sete) alunos;
- b) 2º Ciclo, 3º Ciclo, série finais (7ª e 8ª) - de 27 (vinte e sete) a 30 (trinta) alunos;
- c) 1º Segmento/EJA - de 25 (vinte e cinco) a 30 (trinta) alunos;
- d) 2º Segmento/EJA - 27 (vinte e sete) a 30 (trinta) alunos;
- e) turma de superação – mínimo 15 (quinze) e máximo 25 (vinte e cinco) alunos;

**II – no Ensino Médio Regular e EJA:**

- a) de 30 (trinta) a 35 (trinta e cinco) alunos;

**III - no Ensino Fundamental e Médio nos CEJAs:**

- a) as turmas serão constituídas com 25 (vinte e cinco) alunos.

Assim como estão estabelecidos no ensino da EJA, os cursos presenciais devem oferecer aos alunos três fases para cada segmento do ensino fundamental e mais três para o ensino médio, com carga horária de 800 horas e 200 dias letivos, e os alunos devem ter a frequência de 75% das atividades, para que haja combate do abreviamento do ensino e garantir a educação de padrão e qualidade (RIBEIRO, 2009, p.52).

Acompanhando as discussões no Estado de Mato Grosso, não podemos nos esquecer de mencionar as Regras de Organização Pedagógica (ROP), que são divididas em ROP-Escola, ROP-Disciplinas e ROP- Por Área de Conhecimento: fundamental/médio, cujo objetivo é orientar a oferta da modalidade Educação de Jovens e Adultos junto às escolas da Rede Estadual, de acordo com as políticas públicas da SEDUC. Elas definem os critérios de atendimento da Matriz estrutura com matrícula por disciplina, referente aos segmentos Fundamental e Ensino Médio, além de estabelecer critérios para a oferta da modalidade EJA nos Centros de Educação de Jovens e Adultos – CEJA (MATO GROSSO, 2012).

#### **4. Os CEJA como Política Pública Educacional em Mato Grosso**

Os Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) são educandários especializados na educação de jovens, cujo atendimento volta-se a adultos e jovens com mais de 15 anos no Ensino Fundamental e mais de 18 anos no Ensino Médio. Conforme a Secretaria de Educação de Mato Grosso (MATO GROSSO, 2010), os Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), surgiram em 2008 com a necessidade de caracterizar um espaço que atenda as especificidades da EJA, e com a seguinte proposta pedagógica: [...] “diferenciada com as seguintes ofertas: Matrícula por áreas de conhecimentos; Matrícula por disciplina e Aplicação de Exame Supletivo on-line anualmente”.

Esta é uma política pública inovadora, porque os alunos se sentem mais estimulados, já que eles ficam mais à vontade devido à linguagem própria utilizada e à convivência com pares de mesma faixa etária. Os CEJA funcionam como escolas

específicas e ofertam atendimento em todos os períodos (manhã, tarde e noite) para atender as necessidades dos alunos trabalhadores. Nas escolas que não ofertam a proposta, o único horário disponível para a EJA é à noite, já que pela manhã geralmente acontece o ensino por Ciclo de Formação Humana e, à tarde, o Ensino Médio (LEÃO, 2014).

De acordo com a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), no Estado de Mato Grosso, a EJA foi normatizada por meio da Resolução N.º 180/2000 e da Portaria N.º 204/2000. A partir deste momento foi constituída uma Comissão Interinstitucional com o intuito de elaborar uma proposta para o estado que iniciou com seis centros. O objetivo também foi de formar uma identidade própria para os Centros e oferecer uma metodologia de ensino diferenciada que atenda às necessidades e os anseios dos educandos, que buscam nos CEJA a inclusão para concluir seus estudos.

O maior CEJA fica localizado na capital, Cuiabá, e é denominado CEJA Professor Antônio Cesário de Figueiredo Neto, mais conhecido como Cesário Neto, que conta com cerca de 3 mil alunos nos três turnos em que funciona (RIBEIRO, 2009).

Em geral, dependendo do ritmo e das capacidades dos alunos, a formação (Ensino Fundamental ou Médio) pode ser concluída entre 1 a 3 anos, com possibilidade de classificação e de reclassificação. Os programas dos cursos, os projetos pedagógicos e os materiais didáticos são específicos para esta modalidade, contribuindo para elevar a qualidade do ensino.

O sistema de atendimento aos educandos dos CEJA difere do realizado nas demais escolas públicas de Mato Grosso. A forma de atendimento é presencial - por fase/ano, por área de conhecimento e por disciplina e, também, pelo Exame Supletivo on-line: por área de conhecimento ou disciplina (LEÃO, 2014).

Em relação ao atendimento por área de conhecimento, o educando realiza a matrícula por trimestre somente em uma área por período. As áreas de conhecimento são as seguintes: Área de Linguagem no Ensino Fundamental e Médio com as disciplinas de Língua Portuguesa, Educação Física e Língua Inglesa; Área de Ciências Humanas no Fundamental, com as disciplinas de Geografia, História e Religião e, no Ensino Médio, com as disciplinas de Geografia, História, Religião, Sociologia e Filosofia; Área de Ciências da Natureza e Matemática, com as disciplinas de Matemática e Ciência, e, no Ensino Médio, com as disciplinas de Matemática, Física, Química e Biologia (MATO GROSSO, 2010).

Já no atendimento por disciplina é ofertada a matrícula ao educando em até quatro disciplinas e sempre que concluir uma, será acrescentada outra de acordo com a fase de escolarização e, assim, concluirá o curso quando cumprir a carga horária de acordo com a grade curricular. Como a matrícula para o atendimento por disciplina poderá ser feita durante o ano, não há uma data determinada para a mesma. Já o estudo é realizado conforme o agendamento, de acordo com a disponibilidade do educando (MATO GROSSO, 2012).

Desta forma, são ofertadas aulas diferenciadas com utilização de recursos didáticos associando teoria a prática, com objetivo de atender as dificuldades apresentadas durante cada trimestre. O plantão é mais um momento em que o educador está disponível para atender os educandos que ainda apresentam dificuldades de aprendizagens. Já as aulas culturais, realizadas preferencialmente aos sábados, possibilitam ampliar a bagagem cultural, realizar novas leituras de mundo e aprender com as trocas de experiências.

A metodologia utilizada no CEJA é realizada com aulas de TO (turma de origem), OF (Oficinas), atendimento individualizado nos plantões, com no máxi-

mo dez alunos por turma e aulas culturais aos sábados. O objetivo das aulas de turma de origem é ministrar os conteúdos curriculares em sala de aula. Nessas aulas, os educandos são acompanhados pelo professor da turma de origem, responsável por trabalhar os conteúdos teóricos. A finalidade das aulas das oficinas pedagógicas é ministrar atividades lúdicas que desenvolvam o intelectual, as competências e as habilidades dos educandos, inserindo-os no ambiente escolar (MATO GROSSO, 2012).

As trocas de experiências que ocorrem entre educandos, educadores e a comunidade, durante a realização das aulas culturais, são verdadeiras lições de vida, uma vez que todos interagem e enriquecem suas experiências (RIBEIRO, 2009). Portanto, as formas de atendimento dos CEJA visam à formação da identidade própria dos jovens e adultos na modalidade EJA.

#### **4. Considerações Finais**

A educação brasileira por muito tempo esteve atrelada às políticas educacionais que visavam somente à formação das pessoas para o mercado de trabalho e alfabetização de eleitores. Referente à oferta de educação para jovens e adultos no país, percebeu-se que, em determinados períodos históricos, elas foram elaboradas com o intuito de controle e equilíbrio do mercado de trabalho. Isto significa que o bem comum nem sempre foi considerado, ele ficou suprimido em detrimento aos interesses individuais de pequenos grupos influenciados pela ideologia capitalista.

Atualmente, além desta profissionalização, busca-se também a formação humana cidadã. Desta forma, quando temos uma escola que associa a formação profissional com a formação humana, ela faz da educação um espaço de reflexão, permitindo aos envolvidos a discussão de ideias, o deleite do pensar e a construção do conhecimento.

Para concluir, este estudo possibilitou conhecer como está sendo ofertada a escolarização para as pessoas que não tiveram oportunidade na idade própria em Mato Grosso. Como visto anteriormente, o estado apresenta um grande número de pessoas com distorção idade-série devido ao seu contexto histórico e geográfico. Frente a essa problemática, os Centros de Educação de Jovens e Adultos se consolidam como política pública educacional que oferta atendimento específico, que adota uma linguagem apropriada para os estudantes desta faixa etária e que visa suprir as necessidades formativas desses estudantes.

## Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Marcelo de. **Educação de Jovens e Adultos: subsídios à construção da cidadania**. Franca: UNESP, 2012. Tese (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, 2012. Disponível em: <[http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/106125/almeida\\_m\\_dr\\_fran.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/106125/almeida_m_dr_fran.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acessado em: 04 set. 2013.

ARELARO, Lisete Regina Gomes. Formulação e Implementação de Políticas Públicas em Educação e as parcerias público-privadas: impasse democrático ou mistificação política? **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, p. 899-919, 2007.

BANDEIRA, Maria de Lourdes; FREIRE, Otávio. **Antropologia: Três categorias do pensamento antropológico**. Cuiabá: EdUFMT, 2006.

BRASIL. **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 20 dez. 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer 11/2000**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2000.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Proposta Curricular para a educação de jovens e adultos: Primeiro Segmento do Ensino Fundamental: 1ª a 4ª série: introdução**, il.: v. 3. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

CARLOS, Erenildo João. **A formação do discurso sobre a Educação de Adultos no Brasil: de 1890 a 1940**. Fortaleza: UFC, 2005. Doutorado. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação), Universidade Federal do Ceará, 2005. Disponível em: <<http://paedagogiamejc.blogspot.com.br/p/escritos.html>>. Acesso: 30 set. 2013.

FONSECA, Maria da Conceição Ferreira Reis. **EJA: especificidades, desafios, contribuições**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FONSECA, Maria da Conceição Ferreira Reis. **Educação Matemática de Jovens e Adultos: Especificidades, desafios e contribuições**. 2. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2007.

HADDAD, Sergio. Tendências atuais na Educação de Jovens e Adultos. Tendências atuais na educação de jovens e adultos. **EM ABERTO**, v. 11, n.56, p. 3-12, 1992. Disponível em: <<http://biblioteca.planejamento.gov.br/biblioteca-matematica-1/textos/educacao-cultura/texto-128-2013-tendencias-atuais-na-educacao-de-jovens-e-adultos.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2013.

IBGE. **Séries Históricas e Estatísticas**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=PD330>> Acesso em: 07 jun. 2014.

LEÃO, Marcelo Franco. **Ensinar Química por meio de alimentos: possibilidades de promover Alfabetização Científica na Educação de Jovens e Adultos**. Lajeado: UNIVATES, 2014. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ensino), Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, 2014.

LOPES, Selva Paraguassu; SOUSA, Luzia Silva. EJA: Uma educação possível ou mera utopia? **CEREJA**, v. 1, p. 17-19, 2007. Disponível em: <[http://www.cereja.org.br/pdf/revista\\_v/Revista\\_SelvaPLopes.pdf](http://www.cereja.org.br/pdf/revista_v/Revista_SelvaPLopes.pdf)>. Acesso em: 10 set. 2013.

MATO GROSSO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Programa Estadual de Educação de Jovens e Adultos**. Cuiabá: SEDUC/CEE, 2012.

\_\_\_\_\_. Resolução 180/2000/CEE/MT. **Dispõe sobre normas para a oferta da EJA no Sistema Estadual de Ensino**. Cuiabá: SEDUC/CEE, 2000.

\_\_\_\_\_. **Orientações Curriculares: Área de Ciências da Natureza e Matemática: Educação Básica.**/ Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso. Cuiabá: SEDUC/CEE, 2010.

PAIVA, Vanilda Pereira. **História da Educação Popular no Brasil: Educação popular e educação de adultos**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

RIBEIRO, M. T. D. **Jovens na educação de jovens e adultos e sua interação com o ensino de Química**. Cuiabá: UFMT, 2009. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação), Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2009. Disponível em: <[https://www.google.com.br/l?sa=t&ret=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=oCCoQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.ie.ufmt.br%2Fppge%2Fdissertacoes%2Findex.php%3Fop%3Ddownload%26id%3D249&ei=zaxmUorRPMmUkQfoj4HABA&usg=AFQjCNEE-Ze7EBE5V3p4sr19Cp\\_vCLqRhg&sig2=UmlL3waA3Dl9WLohZRZlKQ](https://www.google.com.br/l?sa=t&ret=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=oCCoQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.ie.ufmt.br%2Fppge%2Fdissertacoes%2Findex.php%3Fop%3Ddownload%26id%3D249&ei=zaxmUorRPMmUkQfoj4HABA&usg=AFQjCNEE-Ze7EBE5V3p4sr19Cp_vCLqRhg&sig2=UmlL3waA3Dl9WLohZRZlKQ)>. Acessado em: 13 set. 2013.

UNESCO. **Conferência Internacional sobre Educação de Adultos** (V: 1997: Hamburgo, Alemanha) Declaração de Hamburgo: agenda para o futuro. Brasília: UNESCO, 1999. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001297/129773porb.pdf>> Acesso em: 06 out. 2013.

UNESCO. **Educação de Jovens e Adultos: Uma memória contemporânea, 1996-2004**. (Coleção educação para todos). Brasília: UNESCO/MEC, 2004.